



# CECTI-PR

Conferência Estadual de Ciência  
Tecnologia e Inovação do Paraná



## RELATÓRIO FINAL

# II CONFERÊNCIA ESTADUAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO PARANÁ

Curitiba, 1 e 2 de março de 2010



# Março - 2010

## **Governo do Paraná**

- Roberto Requião – Governador
- Orlando Pessuti – Vice-Governador
- Lygia Lumina Pupatto - Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI

## **Coordenação Geral da CECTI-PR**

- Jackelyne Correa Veneza - CCT-SETI
- José Tarcísio Pires Trindade - Fundação Araucária

## **Organização do Relatório Final**

- José Tarcísio Pires Trindade - Fundação Araucária
- Maria Elizabeth Lunardi - CCT-SETI

## **Colaboradores**

- Bruno Vanhoni
- Carlos Alberto do Nascimento
- Cristiana Souza
- Daniel Pisseti Pamplona
- Gustavo Inoue
- Joana Chrestenzen
- Luciana Carla da Silva Azevedo
- Marcelo Barão
- Maria Lúcia Massuchetto
- Milena Brambila
- Nadia Mussak
- Odisséia Lobrigatte
- Patrícia Stuart Guibes
- Sebastião Bordin
- Silvani Trevisan
- Susana Branco de Araujo Santos
- Túlio de Ferreira Bandeira



# APRESENTAÇÃO

A realização da II Conferência Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação – CECTI, realizada em Curitiba, nos dias 1 e 2 de março de 2010, foi precedida de reuniões com representantes dos mais variados setores da sociedade paranaense. As reuniões preparatórias tiveram como propósito fazer com que a Conferência fosse representativa da sociedade paranaense conforme recomendação do Ministério de Ciência e Tecnologia. A Conferência Nacional de C, T&I deverá refletir as preocupações de toda sociedade na busca de um modelo de desenvolvimento sustentável e nos benefícios que a Ciência, a Tecnologia e a Inovação podem proporcionar a todos os brasileiros.

Como forma de estimular a participação, fixou-se um número mínimo de representantes por entidade tanto do setor público com privado, associações científicas e de classe, sindicatos e organizações da sociedade civil de modo a garantir a representatividade desejada nos trabalhos da Conferência Estadual de todos os segmentos da sociedade paranaense.

Esse formato de organização e representação foi bem sucedido e a CECTI contou com a participação de trezentos e sessenta (360) pessoas oriundas dos mais diversos segmentos da sociedade paranaense. Quarenta (40) entidades enviaram representantes para discutir os temas nos grupos de trabalho da Conferência: movimentos sociais, sindicatos, organizações estudantis, instituições públicas e privadas de ensino e de pesquisa, setor empresarial, setor governamental, organizações científicas e representativas de classe e cidadãos paranaenses.

A representatividade se refletiu na participação tanto nos grupos de trabalho que se dividiram pela manhã nas sete plenárias quanto nas sete sessões paralelas do período da tarde da Conferência. Os relatórios dos grupos, apresentados neste documento, refletem a diversidade dessas participações.

# **SUBSÍDIOS PARA A DISCUSSÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO**

A Conferência Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação do Paraná - CECTI-PR, realizada em Curitiba durante os dias 1 e 2 de março de 2010, procurou abordar todos os temas propostos para discussão na Conferência Nacional. Ao mesmo tempo, tratou de questões locais com objetivo de formular de propostas para políticas públicas de Estado no âmbito do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação.

As orientações para a discussão da temática da Conferência Nacional foram apresentadas pelo Ministro Interino Luiz Antônio Elias, Secretário Executivo do Ministério de Ciência e Tecnologia.

## **1. AVANÇOS DO PLANO DE C, T&I 2007-2010**

Em primeiro lugar, Luiz Elias destacou o Plano de Ação de C, T&I que orientou as ações do governo federal de 2007 a 2010, mostrando que: o grau de desenvolvimento de um país está fortemente relacionado ao seu esforço no desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação; nos países com economias desenvolvidos há uma forte atividade de P&D&I nas empresas, financiadas por elas próprias e pelo governo; a política industrial articulada com a política de C, T&I mudou o padrão de desenvolvimento econômico de alguns países e que o Brasil tem condições de atingir um patamar que se aproxime ao dos países desenvolvidos.

Assim, a política de C, T&I que vem sendo consolidada há 50 anos estabeleceu um intenso apoio à capacitação e formação de recursos humanos e à modernização da infraestrutura de laboratórios em universidades e centros de pesquisa resultando um incremento expressivo dos indicadores relativos a mestres e doutores titulados, pesquisadores e artigos científicos publicados.

Dentre os principais desafios brasileiros, destacam-se:

1. fazer com que C, T&I tornem-se efetivos componentes do desenvolvimento sustentável, do ponto de vista econômico e sócio-ambiental (atividades de P&D&I nas empresas e incorporação dos avanços nas políticas públicas);
2. tornar as ações de ciência, tecnologia e inovação como Política de Estado, e não apenas de governo, com mais instituições de pesquisa, melhorando o marco legal e melhorando e agilizando os processos;

3. intensificar as ações e iniciativas de C,T&I para o grande público;
4. melhorar da educação em todos os níveis e em particular o ensino de ciências nas escolas e atrair mais jovens para carreiras científicas e tecnológicas;
5. expandir com qualidade e melhorar a distribuição geográfica da ciência;
6. aproveitar as vantagens comparativas do país para se manter à frente da discussão sobre o desenvolvimento sustentável e contribuir para que o Brasil se torne uma potência nesse novo paradigma, o que inclui conservação, uso e repartição de benefícios da biodiversidade, mudanças climáticas etc.;
7. fortalecer o protagonismo internacional da ciência e da tecnologia brasileira (universidades de classe internacional, empresas globais).

## **2. O SISTEMA DE C, T&I E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO PARANÁ**

O Sistema Estadual de C, T&I e as políticas públicas desenvolvidas no Paraná foram apresentados pelo o coordenador do Unidade Gestora do Fundo Paraná de Ciência e Tecnologia, Professor Nivaldo Rizzi, representando a Secretária Estadual de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Professora Lygia Pupatto, focalizando a temática em três eixos: Sustentabilidade do desenvolvimento; Ciência, Tecnologia, Inovação e Empreendedorismo e os Desafios para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão<sup>1</sup>.

### **2.1 SUSTENTABILIDADE DO DESENVOLVIMENTO**

No primeiro eixo foi destacado que toda as políticas públicas desenvolvidas no âmbito da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior no Paraná tiveram como perspectiva um desenvolvimento sustentável que:

- satisfaça as necessidades básicas da população (educação, alimentação, saúde, lazer, etc.);
- seja solidário com as gerações futuras, preservando o ambiente para que elas tenham chance de viver com qualidade de vida;

---

<sup>1</sup> Ver IPEA. Inovações, Padrões Tecnológicos e Desempenho das Firms Industriais Brasileiras. Brasília, IPEA, 2005. 728p.; IPEA Tecnologia, Exportação e Emprego. Brasília, IPEA, 2006. 533p.; Scolari, D. D. G. Inovação tecnológica e desenvolvimento do agronegócio. Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados. 2005. 21p.; textos de Emanuel Leite, professor da UNICAP.; Livro Verde: o debate necessário Ciência, Tecnologia e Inovação. MCT. 2001.277p.

- proporcione a participação da população envolvida, pois todos devem se conscientizar da necessidade de conservar o ambiente e fazer cada um a parte que lhe cabe para tal;
- fortaleça um sistema justo que garanta o emprego, a segurança social e respeito a outras culturas, erradicando a miséria, eliminando o preconceito e impedindo o massacre de populações oprimidas;
- proporcione mecanismos de participação popular, inclusive na efetivação dos programas educativos.

## **2.2 C, T&I e EMPREENDEDORISMO**

No que concerne à C, T&I e o Empreendedorismo, os debates que antecederam ao estabelecimento da Lei de Inovação Federal, as intensas discussões sobre inovação tecnológica realizadas no Brasil, desde meados da década de 90, tiveram o mérito de redefinir o papel de cada um dos atores envolvidos no processo.

O debate deixou claro que, tal como já acontece nos países centrais que a universidade deve ser o espaço privilegiado da ciência e da educação, enquanto o lugar do desenvolvimento de tecnologia é por excelência a empresa. Para que esse conceito seja posto em prática e funcione, é necessária a entrada em cena, com mais intensidade o governo, mas também, o empresariado brasileiro.

O governo, ao fazer política de inovação também tem que pensar na universalização da ciência e da tecnologia e quanto ao retorno de investimento em C&T, sob a ótica também de pequenos empreendimentos, ter como perspectiva a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

No plano da empresa, compreende-se que, num cenário de forte competição internacional balizado pela mudança acelerada dos modos de produção, em que o valor tecnológico de cada produto determina a sua sorte ou o seu mercado, a inovação faz, ou dever fazer, parte da estratégia empresarial. É, ou deve ser fator de sobrevivência. Esta realidade não é nova.

O elemento criador de inovação na empresa não é outro senão o cientista, o engenheiro, o administrador formado nas universidades. Não por acaso, nos países tecnologicamente mais competitivos, a maioria dos pesquisadores trabalha nas empresas e não nas universidades.

Parece claro que o problema brasileiro é causado sobretudo pelo baixo investimento das empresas em P&D. Esta realidade é, inclusive mostrada no recente livro editado pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão do Governo Federal. O IPEA cita o IBGE na estimativa de número de firmas da indústria brasileira como sendo aproximadamente 72 mil firmas. IPEA mostra que apenas 1,7% inovam e diferenciam produtos, 21,3% são especializadas em produtos padronizados e a maior parte 77,1% é composta por empresas que não diferenciam produtos e tem produtividade menor.

A Coréia, país cuja população equivale a um terço da brasileira, tem 70 mil cientistas empregados na INDÚSTRIA. As empresas brasileiras empregam pouco mais de um décimo desse número.

Na média, nos países da Comunidade Econômica Européia, 10% do dispêndio empresarial em P&D é financiado com recursos governamentais mediante vários mecanismos de subsídio que incluem renúncia fiscal, apoio à infra-estrutura de pesquisa, política de encomendas tecnológicas e de compras preferenciais. Mas neste caso a parceria se dá em mão dupla. Para cada dólar investido pelo Estado corresponde, em geral, outros 9 dólares da empresa.

A Lei de Inovação Federal (2005) buscou materializar no Brasil essa realidade já consolidada nos países que hoje dominam não apenas o cenário tecnológico mas também o comércio exterior. O Ministério de Ciência e Tecnologia do Brasil projetava, na época, uma expansão do investimento em pesquisa dos atuais 1,3% para 2,5% do PIB até 2012. O objetivo foi elevar o patamar científico e tecnológico do país, ampliar as atividades de P&D nas empresas e, por consequência, aumentar o poder de fogo de sua base industrial.

Nos organismos internacionais existe grande concordância sobre a importância da inovação tecnológica para o desenvolvimento. A Organização das Nações Unidas (ONU) reconhece explicitamente essa importância em seus Relatórios de Desenvolvimento Humano (2001 a 2006) em que destaca que as novas tecnologias podem desempenhar papel central na redução da pobreza mundial e refuta o ponto de vista de que tecnologia é um luxo acessível apenas aos países ricos. Essa nova “economia do conhecimento”, em que o principal insumo é o capital intelectual, coloca os países mais desenvolvidos como líderes no processo de inovação nos produtos de alta tecnologia, reservando aos demais países papel secundário.

## 2.3 DESAFIOS PARA O ENSINO, A PESQUISA E A EXTENSÃO

Finalizando com o terceiro eixo, os Desafios para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, independentemente das escolhas específicas que cada Instituição de Ensino e Pesquisa tem para enfrentamento dos desafios estratégicos, os ingredientes básicos são os seguintes:

- Promover um ambiente institucional adequado e favorável ao desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação, fundamentais para vencer com sucesso os desafios estratégicos do país. **Investimentos em infra-estrutura de obras e de equipamentos aos moldes do Programa de Desenvolvimento do Ensino Superior (recursos de 75 milhões em investimentos nas IEES – Fundo Paraná).**
- Buscar formação de recursos humanos adequadamente treinados, isto é, programas de formação de recursos humanos em áreas estratégicas e absorção de pessoal em empregos qualificados, ampliando a concepção tradicional dos cursos de graduação. **Buscar ampliar a pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado).**
- Avanço do conhecimento, isto é, da pesquisa própria e absorção de resultados produzidos em outros países, com domínio de um vasto campo de conhecimentos em múltiplas áreas e capacidade não apenas para operar tecnologias disponíveis, mas também – e principalmente – inovar e acompanhar o progresso tecnológico em campos-chave, como saúde, engenharia, materiais, informação e biologia. **Buscar parceria em intercâmbios de projetos e de pessoas – Mobilidade estudantil e de pesquisadores.**
- Capacitar para identificar oportunidades e fazer escolhas tecnológicas adequadas às necessidades dos vários programas integrando esforços de pesquisa, com programas de natureza cooperativa entre agentes do setor público, setor privado e terceiro setor, cujo escopo e escala lhes garantam abrangência social e impacto econômico. **Buscar o trabalho em Redes de Pesquisa e Inovação e criar Centros Especializados Integrados a exemplo do Projeto SETI-FINEP-FUNDO PARANÃ de estruturação de Centros Mesorregionais de Qualidade do Leite.**
- Instituir programa de extensão como transferência de técnicas considerando esta atividade como produtora de conhecimento de tal forma que a extensão seja mais um componente de interação com o meio rural e urbano na busca de formação de recursos humanos com melhor visão social para soluções práticas. **UNIVERSIDADE**

***SEM FRONTEIRAS como exemplo de política agressiva de extensão:  
Licenciaturas – Incubadoras Sociais – Agricultura Familiar – Agricultura  
Familiar Leite.***

- Instituir programa de forte participação do setor privado, com programas de incentivo e fomento à pesquisa, desenvolvimento e inovação nas empresas nacionais e condições para que realizem pesquisa e desenvolvimento em escala compatível com os benefícios econômicos que obtêm no mercado brasileiro e que tenham retorno real para o país. Como exemplo podemos destacar o subprograma ***Extensão Tecnológica Empresarial do UNIVERSIDADE SEM FRONTEIRAS.***
- Instituir política prospectiva nas vocações regionais com foco nas vulnerabilidades e oportunidades de desenvolvimento buscando a melhoria das condições de vidas das populações focadas na descentralização da Ciência, Tecnologia em níveis diferenciados e regiões de baixos IDHs. Relacionar temas de grande envergadura social, científica e tecnológica, com potencial para envolver várias áreas da Ciência e Tecnologia e para contribuir, de forma direta, tanto para a solução de problemas relevantes, como abertura de novas oportunidades de desenvolvimento. ***Compatibilizar as Vocações Regionais com a Base Científica Tecnológica existentes nas regiões buscando agregação de valor com ampliação da geração de emprego e renda (fármacos, tecnologia da informação, bioenergia, biotecnologia, química fina, microeletrônica, nanotecnologia, metal mecânica e agricultura.***

Os trabalhos da Conferência Estadual de CT&I no Paraná, além dos pronunciamentos acima resumidos, que procuraram dar um referencial para a discussão dos temas da Conferência, tiveram como ponto principal a discussão em grupos de trabalho, divididos em 7 temas, em dois turnos de discussão. Um resumo dos resultados de cada um dos grupos é reproduzido a seguir.

# RELATÓRIOS DOS GRUPOS DE TRABALHO

---

## Grupo 1 - Desenvolvimento Sustentável

**Temas abordados:** Novos Padrões de Desenvolvimento via Inovação  
Aspectos econômicos e sócio-ambientais.

**Coordenador:** Prof. Luis (UEPG),  
**Relatores:** Prof. Sebastião (FAFIPAR)  
Jó Klanovicz (UNICENTRO-Irati)

---

Em 02/03/2010, participaram deste grupo representantes oriundos dos movimentos sociais, instituições estaduais e federais de ensino técnico e superior, de pesquisa, de extensão e de empresas públicas interessadas. Foi lido o texto de referência *C, T&I para o Desenvolvimento Sustentável* e procedeu-se à discussão do mesmo, referendando seus pontos principais e propondo:

- a) No tocante à construção de uma cultura científica, é necessário pensar estratégias de promoção, valorização e divulgação da figura do(a) cientista, do(a) pesquisador(a) e dos diversos campos do conhecimento em termos de ensino, pesquisa e extensão, como agentes de importância social e como cidadãos, cidadãs, valores e instituições comuns, valorizadas e presentes no mundo cotidiano. Para isso, o Grupo sugeriu o aproveitamento da mídia (mídia impressa, radiotelevisiva, eletrônica) e das instituições educacionais, formais e informais, como canais de divulgação de produtos científicos ou que envolvam cada vez mais a ciência, a tecnologia e a inovação, nos níveis local, regional e nacional. Esses canais oportunizariam a difusão do conhecimento científico em meios não-científicos, e a própria discussão sobre a qualidade e o status da informação científica a ser comunicada na mídia.
- b) No tocante ao tema C&T&I e Educação, o Grupo propôs reforçar a dimensão do desenvolvimento sustentável dentro da política educacional brasileira, bem como debater formas de verificar a aplicabilidade dos “temas transversais”, como é o caso da problemática do desenvolvimento sustentável, nos currículos escolares. Além disso, reforçar a extensão universitária, tendo em vista a ampliação da oferta de recursos financeiros e a ampliação de projetos na área. A plenária propôs, também, a implantação e ampliação da oferta de bolsas de Iniciação Científica para professores e estudantes de ensino fundamental e médio.
- c) Sobre o tema “Atores Públicos e Privados e a Inovação Social”, o Grupo lamentou a ausência de representantes das empresas privadas no debate e reforçou a necessidade premente dessa participação.

---

## Grupo 2 - Investimento e Inovação e Inovação na Sociedade e nas Empresas

**Temas abordados:** Atração de Investimentos para a Inovação;  
Conectores Academia-Empresa para a Inovação;  
P&D em Empresas; Institucionalidade  
Governança e Marco Legal da Inovação  
A Demanda do Mercado por Ciência e Novos Modelos de Negócios  
O Brasil e o Mundo no Universo da Inovação.  
Papel da inovação na agenda empresarial

### **Apresentação de Palestra Orientadora**

Ronaldo Martin Dauscha - Centro Internacional de Inovação da FIEP

**Coordenadores:** Ronaldo Martin Dauscha (FIEP)  
Jorge Takeda (TECPAR)

**Relatores:** Ângelo Legat (UEPG)  
Maria Lucia (SETI)

Vanessa I. Rasoto (UTFPR/FORTEC Sul)

---

Os trabalhos tiveram início com a apresentação de Ronaldo Martin Dauscha sobre inovação na sociedade e nas empresas. Na sequência o grupo debateu e respondeu as questões sugeridas adotando-se os conceitos de inovação do Manual de Oslo e Frascatti

A apresentação da FIEP abordou os temas acima e chamou a atenção para a baixa participação da iniciativa privada na elaboração das políticas públicas, identificando os pontos positivos e negativos, as tendências mundiais, as dificuldades e as necessidades, à saber:

- a) Pontos positivos: Maior clareza acerca da importância da inovação;  
Maior envolvimento direto do BNDES;  
Recursos para bons projetos (pré-competitivos);  
Recuperação do investimento puxa inovação;  
Progressiva ampliação da subvenção e incentivos.
- b) Pontos negativos: Instrumentos concentrados na grande empresa;  
Poucas empresas conhecem e usam os instrumentos;  
Inovação é subsidiada na estratégia das empresas;  
Dispersão de recursos em muitos projetos.
- c) Tendências de Políticas (Mundial):  
Aumento do gasto em P&D (público Privado);  
Incentivos para gasto privado em P&D;  
Convergência entre agenda econômica e de C&T;  
Visão sistêmica – sistema de inovação – empresa como ator principal / incentivo à cooperação, novos arranjos institucionais PPPs;  
Envolvimento.
- d) Dificuldades: Redesenho de instituições e instrumentos;  
Inovação P&D;  
Demanda empresarial para apoio à inovação *latu sensu*;

Maior apoio de governo para P&D;  
Maior ênfase de governo na mudança estrutural;  
Uso de instrumentos de política econômica e adaptação dos instrumentos acadêmicos;  
Baixo protagonismo empresarial;  
Implementar agenda ampla de apoio à inovação (criatividade, empreendedorismos, etc.).

- e) Apoios Indiretos: Formação de RH;  
Investimento em bens públicos e externalidades;  
Pesquisa em instituições públicas;  
Mudanças institucionais;  
Incentivo à concorrência.
- f) As Políticas públicas devem incentivar: Intensidade e qualidade;  
Empreendedorismo, inovação e criatividade;  
Matemática;  
*Design*.
- g) Fomentos: Compras governamentais;  
Foco transversal – incentivar inovação nas empresas;  
Foco segmentado – incentivar setores estratégicos;  
Foco regional;  
Incentivar áreas.

Diante do exposto, foram formuladas algumas questões fundamentais que ainda não foram respondidas e realizadas algumas sugestões de políticas públicas tomando-se como base a gestão do conhecimento.

### **Perguntas a serem respondidas e sugestões:**

#### **1) De que forma induzir uma transição na cultura empreendedora e inovadora nos empresários do país?**

Considerando que, na média, existe pouca cultura inovadora e empreendedora no país, constata-se a necessidade de se iniciar e disseminar a cultura de inovação empreendedora nos empresários do país. Para isso é necessário:

- a) Ter um ambiente favorável;
- b) SEBRAE, FIEP devem promover concursos para empresas como forma de promover a cultura da Inovação e Empreendedorismo nas empresas (Prêmio da empresa inovadora);
- c) Política Nacional de Educação: incluir no ensino fundamental e superior a disciplina obrigatória de Empreendedorismo e inovação, Educação Financeira Sustentável e oportunizar a criação e o desenvolvimento dos *habitats* de inovação tecnológica (p.ex. Incubadoras com foco em empresas inovadoras);
- d) A razão econômica ainda é mais forte, por isso a necessidade de sensibilizar e transformar a sociedade para a inovação sustentável;
- e) Oferta de cursos de extensão (gestão da inovação) *in company* para empresas tradicionais (Ações do governo para empresas tradicionais, formar multiplicadores);
- f) Salientar que a inovação traz resultados positivos;
- g) Fomentar o investimento em P&D&I.

## **2) Quais as melhorias e inovações em fomentos/investimentos públicos e privados à inovação necessárias a uma mudança substancial nas empresas?**

Muitas vezes os fomentos são direcionados para organização e não tanto em estrutura física. Assim será necessário:

- a) destinar recursos para infra-estrutura (física, produção, tecnológica) para pequenas e médias empresas, à exemplo do que vem sendo realizado pelos Programas da SETI, intitulados Universidade Sem Fronteiras (USF) e Extensão Tecnológica Empresarial (ETE);
- b) O Programa Universidade Sem Fronteiras (filosofia, objetivo, extensão tecnológica) deveria deixar de ser apenas um programa estadual e transformar-se em política nacional.

O ambiente de inovação tem uma razão meritocrática, sendo as grandes empresas que vão continuar sendo grandes, pois já possuem um processo de inovação. Assim, o papel das incubadoras é importante para:

- a) apoiar as empresas nascentes a elaborarem seus projetos de captação de recursos junto aos editais de fomento do governo (sobrevivência empresarial);
- b) Apoio a pesquisa desenvolvimento e inovação;
- c) Oportunizar maior quantidade de fomentos visando a continuidade das ações de rede;
- d) As modalidades de novos empreendimentos devem se iniciar em plataformas em rede, associativismo, cooperativas, etc.;
- e) Criar leis de incentivo específicas para pequenas e micro empresas, pois as grandes já dispõem (Lei dos benefícios e incentivos fiscais para empresas optantes lucro Real).

## **3) Como aproximar a ciência das empresas através do relacionamento com universidades e institutos, ou centros próprios de P&D?**

Por meio dos seguintes programas, leis e instituições:

- a) Programa Universidade Sem Fronteiras (filosofia, objetivo, extensão tecnológica) deixar de ser apenas um programa estadual e sim uma Política Nacional
- b) Núcleos de Inovação Tecnológica/Agência de Inovação (contratos de transferência de tecnologia, disseminação da cultura de propriedade intelectual e empreendedorismo);
- c) Incubadoras, hotéis tecnológicos, arranjos produtivos Locais (APLs – Clusters);
- d) Legislação que permita a interação, relacionamento entre as Universidades, Institutos e empresas;
- e) Coordenação Nacional dos Parques Tecnológicos fomentando a interação, por meio de um processo coordenado, para otimizar o uso dos recursos de acordo com as competências, necessidades e vocação de cada região e evitar a duplicidade na aplicação dos recursos).

Com relação ao papel da Inovação na agenda empresarial, o grupo sugere:

- a) Elaboração de uma matriz metodológica para identificar as demandas das empresas e universidades privilegiando: os conhecimentos necessários à inovação, sensibilização e mobilização, educação e formação e inteligência em inovação;
- b) Elaboração de uma matriz ou desenvolver metodologias para facilitar a operacionalização da interação universidade x empresa;
- c) Transparência e visibilidade na constituição dos comitês de avaliação de editais na área da inovação;
- d) Criação de unidades operacionais com estrutura semelhante às pró-reitorias, dentro da estrutura da universidade para relação da universidade x empresa (Ex.: NIT/incubadoras);
- e) Obrigatoriedade da disciplina “empreendedorismo” em todos os cursos de graduação;
- f) Concentração de esforços para aprovação das leis estaduais de Inovação;
- g) Ampliação de parcerias com entidades empresariais para formação complementar da comunidade universitária
- h) Aumento de quotas ofertadas pelo CNPQ e implantação, nos Estados, de bolsas PIBIT, Bolsa Produtividade, Bolsa para Desenvolvimento Tecnológico e Inovação;
- i) Aumento da oferta de bolsas RHAIE;
- j) Adequação das contrapartidas de editais de incentivos à inovação para percentuais menores do que os atuais para MPE's (sugestão 0 a 5%), e isenção para empresas incubadas de base tecnológica;
- k) Contratação específica para projetos pontuais
- l) Criação de mecanismo de investimento como, por exemplo, “bolsa PIBIT” fomentada pelo Estado.

---

## Grupo 3 – Ciência Básica

**Temas abordados:** Produção do Conhecimento: Um Desafio para o Brasil  
Qualidade, impacto mundial, capacidade de formação e heterogeneidade da ciência brasileira, e de suas metas para o futuro.

Relatores: Prof. Dr. Edcleia Ap. Basso – FECILCAM – Campo Mourão  
Prof. Me. Lenice Souza Shibatta – UNIFIL - Londrina

---

A plenária 3 foi composta por diferentes profissionais de diversos segmentos da sociedade, tais como professores das universidades e faculdades estaduais do Paraná, institutos de pesquisa e professores camponeses. O convidado palestrante para a intermediação ou para provocar as discussões não compareceu. Numa tentativa de dar algum suporte para os debates, foi oferecido ao grupo um documento intitulado “O Ensino de Ciências e a Educação Básica: Propostas para Superar a Crise”. Porém, salvo equívoco, os participantes perceberam não haver relações pontuais entre a temática e o texto proposto. Ainda assim, foram apresentadas algumas propostas para a integração efetiva entre os diferentes níveis de ensino e a produção do conhecimento gerado pela ciência básica.

1. As políticas educacionais devem estar a serviço da educação e formação do cidadão e não serem políticas governamentais, ou seja, os projetos de pesquisa, sobretudo os que envolvem a ciência básica, devem ter continuidade, independentemente dos governos durante os quais foram iniciados.

Condições para implementação do item 1:

- 1.1. Aumento considerável de recursos financeiros para a realização da ciência básica;
  - 1.2. Infraestrutura para o desenvolvimento e produção do conhecimento gerado pelas pesquisas;
  - 1.3. Instalação de novos laboratórios e ampliação e atualização dos já existentes para o desenvolvimento de pesquisas;
  - 1.4. Incentivo às parcerias com empresas privadas;
  - 1.5. Atender às necessidades locais e regionais, levando a pesquisa, o ensino e a extensão até o campo, litoral, sertão, floresta amazônica, comunidades indígenas, entre outros.
2. O ensino superior deve superar a distância existente entre a universidade e a educação básica, por meio de:
    - 2.1. Promoção da integração real dos diferentes níveis de ensino.
    - 2.2. Fomento aos projetos de pesquisa envolvendo pesquisadores do ensino superior, professores e alunos da educação básica, estudantes da graduação;
    - 2.3. Apoio ao acesso à participação na construção do conhecimento conseguido pela ciência básica;

- 2.4. Garantia de permanência dos alunos da graduação e da educação básica nos projetos de pesquisa desenvolvidos por meio de bolsas que possibilitem sua sobrevivência, ou seja, sua dedicação exclusiva aos estudos;
- 2.5. Difusão e partilha o conhecimento adquirido pelas pesquisas nos seus contextos de origem.
3. O professor nos diferentes níveis de ensino deve ser valorizado, respeitado e incentivado a buscar sua formação continuada por meio de:
  - 3.1. Diminuição da carga horária no ensino e nas diferentes atividades para o seu envolvimento nos projetos de pesquisa – básica, teórica , pura ou aplicada, numa perspectiva sistêmica;
  - 3.2. Ampliação do número de bolsas de apoio à pesquisa, padronizando o valor de tais bolsas;
  - 3.3. Reestruturação dos cursos de licenciaturas para responder às necessidades do estudante-trabalhador, buscando a melhoria da qualidade de ensino;
  - 3.4. Disponibilização dos projetos aprovados pelos fomentos de pesquisa e dos resultados de pesquisa;
  - 3.5. Trabalho com a formação continuada dos professores, apoiada no tripé ensino, pesquisa e extensão, considerando-se a ciência, a tecnologia e a inovação;
  - 3.6. Estimulo e viabilização do ingresso de pessoas com deficiências na pesquisa básica;
  - 3.7. Políticas de acompanhamento das práticas docentes, visando um melhor desempenho na qualidade do ensino e obtenção dos objetivos da educação;
  - 3.8. Melhoria da remuneração e o reconhecimento do trabalho do professor como parte de uma política de valorização da carreira;
  - 3.9. Produção de softwares específicos para diferentes disciplinas;
  - 3.10. Investimento nos educadores locais e fazer a transição entre o local, o estadual, o nacional e mundo.

---

## Grupo 4 - Educação e C,T&I

**Temas abordados:** Educação de qualidade desde a primeira infância  
Quem formamos, como formamos e para que formamos

### **Apresentação de Palestra Orientadora**

Prof. Mário Luiz Neves de Azevedo – Vice-Reitor da UEM

**Coordenador:** Prof. Mário Luiz Neves de Azevedo - UEM

**Relatores:** Profa. Irene Carniatto (UNIOESTE)

Prof. Marcos Dorigão (FECEA)

---

A discussão envolvendo C&T&I passa necessariamente por um ensino forte e de qualidade. A busca deste ensino de qualidade inicia com a transferência de conhecimento das IES para sociedade, incluindo a educação básica e formação de professores.

Diante desta perspectiva, as propostas apresentadas neste documento visam alcançar o desenvolvimento de C, T&I pela relação entre ensino superior e educação básica, formação do professor, remuneração e carreira, estruturas física das escolas, regulamentação e fomento à pesquisa e extensão junto aos alunos de graduação.

### **Propostas Gerais**

- a) A construção de um Sistema Nacional de Educação
- b) Aumentar para 10% do PIB os gastos em educação;
- c) Estruturar uma política de aprendizado contínuo para toda a vida;
- d) Destinar 10% do PIB para educação

### **Proposta 1: Relação Ensino Superior e Educação Básica**

Formar redes de integração do Ensino Superior com a Educação Básica, mediante:

- a) Criação de programas de intercâmbio cultural e de estudos voltados para professores e alunos da educação básica;
- b) Manutenção e ampliação do programa PIBID e similares;
- c) Articulação entre ensino, pesquisa e extensão;
- d) Parcerias entre ensino superior e educação básica para desenvolvimentos de ações de inovação e transferência de conhecimento.

### **Proposta 2: Formação de Professores**

Formar professores com conhecimento amplo e consistente, por intermédio:

- a) Da ampliação e reestruturação dos estágios e da prática profissional, por exemplo, residência em licenciatura;
- b) Estabelecer políticas públicas de oferta de Mestrados e Doutorados voltados a formação de professores do ensino básico;

- c) Do uso da tecnologia da informação e inclusão digital dos professores;
- d) Apoiar sistematicamente a alfabetização de C & T dentro de uma perspectiva cultural ampla.

### **Proposta 3: Carreira**

Implantar uma política nacional de cargos e salários, no ensino básico e superior, contemplando:

- a) Compatibilidade com ganhos de mercado;
- b) Reestruturação do tempo de trabalho com 50% da jornada em sala de aula e o restante destinado ao preparo de aulas, atendimento aos alunos, projetos de pesquisa e extensão na educação básica;
- c) A titulação por especialização, mestrado e doutorado para os avanços progressivos nas carreiras da educação;
- d) O estímulo e permanência de profissionais capacitados e inovadores nos quadros da educação.

### **Proposta 4: Estrutura Física**

Aparelhar as escolas, com:

- a) Ampliação e adequação das estruturas físicas;
- b) Redução do número de alunos por sala de aula;
- c) Implantação e manutenção de laboratórios e bibliotecas;
- d) Contratação de técnicos em quantitativo adequado à demanda escolar.

### **Proposta 5: Alunos de Ensino Básico**

Proporcionar formação de qualidade à criança por intermédio:

- a) Da implantação de escola de tempo integral nos anos iniciais do ensino fundamental;
- b) De avaliação do desempenho do professor;
- c) Da participação familiar no cotidiano da escola ;
- d) Da inclusão no ensino de C & T no projeto político pedagógico das escolas;
- e) Da alfabetização efetiva até o final do segundo ano.

### **Proposta 6: IES Públicas**

Ampliar a atuação da IES públicas em C, T & I por intermédio:

- a) Da transformação em políticas de estado os programas de pesquisa e extensão universitária;
- b) Da participação efetiva e democrática da sociedade, professores, alunos e técnicos nos conselhos universitários;

- c) Estabelecimento de regulamentação para transferência de conhecimento na área de C,T & I das instâncias públicas para o setor privado;
- d) Ampliação dos investimentos em pesquisas voltadas as voltadas as áreas de humanidades;
- e) Discussão eleições paritárias nas instituições de ensino;
- f) Eleição de dirigentes da IES independente da nomeação dos chefes de governo, respeitando a vontade soberana da comunidade universitária.

### **Proposta 7 – Acadêmicos de Graduação**

Implementar programas de prevenção e redução da evasão e desistência durante o período de graduação, proporcionando:

- a) Transporte – Rede de transporte estadual
- b) Moradia - Casa do estudante
- c) Alimentação – Restaurantes Universitários cada IES
- d) Assistência Médica e Odontológica
- e) Estágios remunerados
- f) Apoio psico-pedagógico
- g) Bolsa-auxílio

### **Proposta 8: IES Privadas**

Regulamentar, com a vistas ao incentivo de desenvolvimento de C,T & I, na instituições particulares de ensino:

- a) A gestão administrativa e pedagógica, com caráter democrático e transparente;
- b) Investimento para o apoio as pesquisas nas IES, ampliando a quantidade de docentes pesquisadores;
- c) Definindo carga horária docente para pesquisa e extensão;

---

## Grupo 5: Brasil no Mundo

**Temas abordados:** A Contribuição Brasileira para a Ciência e a Inovação no Mundo  
A internacionalização da ciência e das empresas brasileiras;  
Ciência competitiva e empresas globais.

---

### CONSTATAÇÕES

- a) Conhecimento é produto;
- b) Processos e serviços são exportáveis;
- c) Somos induzidos a produzir artigos;
- d) Brasil tem muito potencial acadêmico científico internacional;
- e) Produção brasileira de artigos científicos internacionais tem crescido, mas aquém de outros países. Passou de 0,63 a 2,13%;
- f) Em patentes: 980 a 2006 BR + 620% ; Coreia Sul + 61mil%;
- g) Valor agregado em produtos tecnológicos;
- h) Excessiva valorização da produção científica;
- i) Baixa continuidade dos projetos;
- j) Falta elo na aplicação dos conhecimentos;
- k) Falhas na proteção das informações;
- l) A geração do conhecimento não pode se basear apenas no mercado, trata-se de estratégia da sociedade.

### PROPOSIÇÕES

- a) Democratizar acesso à base de dados;
- b) Reduzir defasagem de tempo da transformação da invenção em inovação;
- c) Apoiar a adoção de processos tecnológicos por pequenas empresas/produtores;
- d) Política de valorização dos subprodutos naturais, biotecnológicos, agregando valor;
- e) Otimizar mecanismos regionais de desenvolvimento científico;
- f) Proteção da produção científica NO Brasil;
- g) Mudar a concepção produtivista, valorizando a atuação acadêmica.

---

# Grupo 6: Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação

**Temas Abordados:** Institucionalidade e Governança do Sistema;  
Marcos Legais;  
Financiamento e Infra-Estrutura;  
Recursos Humanos;  
Avaliação;  
A Universidade Brasileira e a Pesquisa.

**Coordenador:** Mauro Luciano Baesso (UEM)  
**Relatoras:** Ana Cristina Francisco (TECPAR)  
Vanessa I. Rasoto (UTFPR/FORTEC Sul)

---

## I - INSTITUCIONALIDADE E GOVERNANÇA

- a) Democratizar a representatividade do Paraná nos conselhos do CNPq, FINEP, reduzindo a desigualdade – ausência da representatividade (CNCT só tem um representante do Paraná que é a FIEP);
- b) Democratizar a representatividade regional – igualdade entre os estados; Sistema Nacional com equilíbrio entre os três estados do SUL (fazer a estatística por estado e não por região);
- c) Assegurar e promover os mecanismos que garantam que a Política de CT&I seja uma Política de Estado (Ter uma Política de Estado e não de Governo para CT&I);
- d) O Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia execute efetivamente as suas atribuições, atualizando e revisando suas metas;
- e) Dar maior institucionalidade à interação do MCT com outros ministérios setoriais nas questões relativas à CT&I envolvendo a coordenação, o fomento e a execução de projetos e programas;
- f) Fortalecimento e fiscalização dos programas de P&D não vinculados aos ministérios;
- g) Promover uma efetiva participação do Itamaraty na cooperação internacional, promovendo o protagonismo do Brasil no cenário internacional e a ciência e a tecnologia como elo forte da diplomacia;
- h) Criar novas formas de governança da inovação juntando, por exemplo, as agências envolvidas em uma instância única, vinculada à Presidência (Uma Agência Nacional de Inovação).

## II - MARCOS LEGAIS

- a) Revisão dos marcos legais, sua implementação e, em particular, a relação com os órgãos de controle (TCU, CGU, AGU etc.) de modo a permitir uma maior agilidade e eficiência do Sistema.
  - Regulamentar as fundações
  - Trabalhar junto aos tribunais de contas do estado para desburocratizar os processos;

- Especificar as fundações de apoio a Pesquisa e Fundações que apóiam às Universidades;
- b) Criação de mecanismos de Estado para a solução de problemas que atrasam o desenvolvimento da CT&I

### **III - FINANCIAMENTO E INFRA-ESTRUTURA**

- a) O Estado exercer o poder de compra e sua importância no avanço de esforços nacionais de CT&I;
- b) O fortalecimento dos sistemas de CT&I Federal, estaduais e municipais
- c) Apoio aos:
  - Núcleos de Inovação Tecnológica;
  - Agências de Inovação;
  - Incubadoras/hotéis tecnológicos;
  - Laboratórios de pesquisa vinculados às universidades para apoiar as empresas;
  - Polos e Parques tecnológicos: interação (Não é a especulação imobiliária e sim criação de laboratórios, auditórios para oportunizar debates, desenvolvimento de produtos, desenvolvimento regional);
- d) Aspectos territoriais da CT&I de forma federativa levando-se em conta diferenças e competências regionais;
- e) Ampliação e diversificação do financiamento para o desenvolvimento da C, T&I;
- f) Definição de “programas mobilizadores” com metas bem definidas;
- g) Equacionamento e propostas de soluções para problemas do “varejo” que dificultam a boa utilização dos recursos.

### **IV - AVALIAÇÃO**

- a) Fortalecer os mecanismos de avaliação de impacto e prospecção, acoplando-a a respostas ágeis, aperfeiçoando os sistemas de informação e especialmente de indicadores de C, T&I, bem como dos mecanismos de assessoria especializada. Aperfeiçoamento, em particular, da avaliação de redes e dos impactos de Programas especiais, como os INCTs, o SIBRATEC e os Fundos Setoriais.
  - Prospecção, acompanhamento, avaliação de projetos analisando os impactos ao desenvolvimento regional;
  - Os instrumentos de avaliação devem ser transparentes (evidenciando os critérios) particularizando pelas grandes áreas;
  - Ciências humanas também é ciência!;
  - Acompanhamento continuado;
  - Utilização de Metodologia da OCDE para avaliação dos atores do Sistema de C, T&I;
  - Avaliação das Universidades da sua contribuição do desenvolvimento regional onde estão localizadas (pensar em uma forma de avaliação de como a C, T&I está contribuindo para o desenvolvimento econômico da sua região).

## **V - RECURSOS HUMANOS, EDUCAÇÃO SUPERIOR E PESQUISA**

- a) Fortalecer o papel das instituições públicas de educação superior na formação de professores para educação básica
- Complementação educacional (atividades extra curriculares) para os cursos superiores de maior evasão;
  - Melhor qualificação e remuneração para os Professores de ensino de base;
  - Consolidar a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão de modo geral especificamente as licenciaturas;
  - Inserção da inovação juntos aos cursos de Licenciatura;
  - O conhecimento se renova a cada dia, não passar algo pronto – inserir dentro das licenciaturas a pesquisa, didática, metodologia;
  - Oferta de um número maior de cursos técnicos;
  - Viabilizar Concurso Público com vagas com perfil para agentes de inovação e extensão tecnológica;
- b) Elaborar uma estratégia para melhorar a qualidade do ensino em todos os níveis, promovendo ao mesmo tempo a ampliação e a diversificação do ensino médio e da educação superior. Discutir a implantação de estrutura de ciclos nas graduações das universidades;
- c) Aperfeiçoar mecanismos de avaliação das instituições de ensino superior, incluindo a graduação, e elaborar mecanismos que promovam a melhoria da qualidade dessas instituições;
- d) Criar novas formas de inserção no mercado de trabalho de jovens de nível técnico, bem como de quadros formados por instituições de educação superior não universitárias ou por ciclos iniciais de instituições universitárias;
- e) Promover a absorção de mestres e doutores por empresas;
- f) Discutir a regulamentação profissional e a estrutura organizacional e curricular das instituições de educação superior em um contexto de inovação, onde novos percursos formativos tornam-se necessários;
- g) Atualizar as formas de avaliação de docentes indo além de número de publicação, incluindo o relacionamento entre as empresas e universidades. Aspectos territoriais da C, T&I de forma federativa levando-se em conta diferenças e competências regionais.

---

# Grupo 7: Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação

**Temas Abordados:** Institucionalidade e Governança do Sistema  
Marcos Legais  
Financiamento e Infraestrutura  
Recursos Humanos  
Avaliação  
A Universidade Paranaense e a Pesquisa

## **Apresentação de Palestra Orientadora**

Benjamim de Melo Carvalho - Pró-Reitor de Pesquisa da UEPG

**Coordenador:** Mauro L. Baesso (UEM)

**Relator:** Benjamim de Melo Carvalho (UEPG)

---

Seguem abaixo as sugestões do Grupo de Trabalho, por tema:

## **I - FINANCIAMENTO E INFRA-ESTRUTURA**

- a) Revisar a lei do Fundo Paraná, possivelmente com a unificação futura da Fundação Araucária com a UGF, mantendo critérios claros e amplamente aceitos pela comunidade científica no julgamento de projetos.
- b) Busca de ampliação dos recursos para ciência e tecnologia e inovação através de parcerias com outras Secretarias de Estado (SEED, SESA, SEIM, SEMA, SEAB, etc).
- c) Implantação de políticas e mecanismos que acelerem a diminuição da desigualdade intra-estadual entre IES no Paraná.
- d) Necessidade de ampla divulgação e multiplicação de casos de sucesso de utilização dos mecanismos de renúncia fiscal para apoio à inovação através de parcerias de universidades-empresas.
- e) Necessidade de mecanismos de incentivo ao desenvolvimento de projetos de pesquisa e inovação nas IES privadas no Paraná.
- f) Necessidade de Programa Estratégico de porte para apoio específico à pós-graduação *stricto-sensu*, possibilitando significativa melhoria dos conceitos CAPES dos mestrados e doutorados, de forma a aumentar a competitividade do Paraná na captação de recursos federais.
- g) Forte incentivo ao desenvolvimento de tecnologias sociais.
- h) Forte incentivo à cooperação internacional, buscando também novas fontes de financiamento através de organismos internacionais.
- i) Criação de Museus de Ciência como forte instrumento de motivação de estudantes dos diversos níveis para o tema, aumentando também a conscientização da sociedade da importância do apoio à ciência, tecnologia e inovação.

## **II - MARCOS LEGAIS**

- a) Necessidade de aprovação no curto prazo da lei de inovação do Estado do Paraná que regule e facilite a interação universidade-empresa.

## **III- AVALIAÇÃO**

- a) Implantação de mecanismos de acompanhamento mediante definição de indicadores que permitam a avaliação de projetos apoiados pela UGF e Fundação Araucária.
- b) Estabelecer metodologias de avaliação da contribuição dos diversos atores do sistema estadual de ciência e tecnologia e inovação ao desenvolvimento econômico e social regional.

## **IV- RECURSOS HUMANOS**

- a) Reforçar a atuação das IES na capacitação de professores da educação básica mediante cursos de extensão, especialização e pós-graduação stricto-sensu.

## **V - INSTITUCIONALIDADE E GOVERNANÇA**

- a) Estudo da viabilidade e benefícios da implantação da autonomia orçamentária por parte das IEES paranaenses.
- b) Necessidade de maior autonomia de gestão por parte das faculdades isoladas paranaenses, com possível unificação e criação de uma ou mais universidades estaduais paranaense.
- c) Ampliação de mecanismos de interação e solidariedade entre IES paranaenses buscando o sinergismo no sistema, acelerando a diminuição das desigualdades.
- d) Dar maior institucionalidade à interação da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) com outras Secretarias de Estado nas questões relativas à C, T&I, envolvendo a coordenação, o fomento e a execução de projetos e programas.

---

## GRUPO 8: PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO EM ÁREAS ESTRATÉGICAS

**Temas Abordados:** Território (Cerrado e Pantanal);  
Espaço, Defesa e Segurança Nacionais;  
Agricultura;  
Saúde;  
Sistemas Urbanos Sustentáveis.

**Coordenadora:** Roselis Mazuchetti (FECILCAM)  
**Relatora:** Dalva Helena de Medeiros – (FECILCAM)

---

Após leitura dos textos de apoio, o Grupo iniciou a discussão apontando algumas problemáticas sobre a pesquisa, desenvolvimento e inovação no Estado do Paraná e Brasil: existe um grande acúmulo de pesquisas, porém as mesmas não são direcionadas para o desenvolvimento da maioria da população, atendem a interesses da elite ou apenas a interesses próprios de publicação para melhorar o currículo dos pesquisadores. Os resultados em geral ficam restritos aos grupos acadêmicos, com uma linguagem específica a qual não alcança a compreensão do grande público. Mesmo as pesquisas que se referem a questões aplicáveis por empresas em geral não são compreendidas como algo que se deve colocar em prática.

Os critérios de avaliação das agências de fomento de pesquisa dos programas de pós-graduação *stricto sensu* foram assinalados como incentivadores de pesquisas em periódicos internacionais e nacionais com conceitos A ou B. Isso acirrou uma corrida desenfreada pelo preenchimento de currículos e bases de dados, desvalorizando as pesquisas e eventos locais os quais, muitas vezes, contribuem tanto quanto ou mais para o desenvolvimento e/ou inovações e soluções dos problemas que afetam diretamente a população.

Apontou-se a baixa qualidade do Ensino dos Conhecimentos Científicos na Escola Básica como um dos fatores que influencia o pouco interesse pela investigação científica e a Ciência como algo para poucos, tanto em termos de produção como de acesso. Infere-se que a melhoria da educação em geral poderá contribuir tanto para a melhoria da pesquisa quanto do desenvolvimento, que a educação é um requisito básico para o alcance dos mesmos.

Algumas questões foram suscitadas como essenciais para que a pesquisa, desenvolvimento e inovação sejam direcionados para o interesse geral da população: **O que é Pesquisa? Para quem se pesquisa? O resultado é para favorecer quem?**

O Grupo considerou que para responder a essas questões e para ter clareza sobre as áreas estratégicas é preciso se pensar um projeto de sociedade. Deliberou-se que devem constar no Plano Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação que as sementes e plantas são bens da humanidade e não devem ser patenteadas.

**Definiram-se as áreas estratégicas para as quais as políticas e investimentos públicos devem ser direcionados, são elas:** Produção de Alimentos, Setor Energético, Informação, Preservação do Meio Ambiente e Biodiversidade, Educação Básica, Educação Superior, Educação no Campo, Redução das Desigualdades Sociais, Agroecologia, Saúde, Comunicação, Transportes, Recursos Genéticos Autóctones, Recursos Nativos da Flora e Fauna, Desenvolvimento Territorial, Estudo do Bioma do Paraná, Bio-Informática, Criação de Bancos de Sementes.

## **PROPOSTAS:**

### **a) Escola Básica**

- Política Pública de disseminação de conhecimentos científicos para professores e alunos da escola básica, em linguagem e materiais de acordo com o nível e modalidade de ensino, utilização de vídeos e internet como meio de difusão, além do impresso;
- Investimento em softwares de construção de conhecimentos.

### **b) Educação Superior:**

- Mudanças nas Linhas de Pesquisa dos Programas de Mestrado e Doutorado de forma que as pesquisas possam atender as demandas sociais. Enfoca-se que não significa que devam ser sempre pragmatistas, utilitaristas e de cunho mercadológico e sim que concebam uma transformação social;
- Investimento do poder público, definido como política de Estado, em Bolsas de Mestrado e Doutorado e Iniciação Científica;
- Rever critérios de avaliação da CAPES e agências de fomento;
- Investimento em Periódicos Nacionais;
- Estimulo a publicações acadêmicas referentes a projetos desenvolvidos com a comunidade;
- Política de incentivo de pesquisas públicas com resultados sociais por empresas privadas.

### **c) Preservação do Meio Ambiente, Biodiversidade, Agroecologia, Redução das desigualdades sociais:** Por ser um Estado do Paraná predominante agrícola definiu-se que as pesquisas devem englobar os seguintes temas:

- Conhecimento sobre o funcionamento do ecossistema paranaense.
- Desenvolvimento territorial.
- Propiciar recursos e investimentos públicos para transferência de conhecimentos científicos e tecnológicos para as pequenas propriedades rurais.
- Pesquisa sobre a vida dos agricultores, suas formas de organização, cultura incluindo a reforma agrária.
- Pesquisas sobre os impactos das mudanças climáticas nos ecossistemas paranaenses, tais como: Cerrado, Mata Atlântica.
- Criação de bancos de sementes.
- Pesquisas sobre agricultura sustentável, criando novas tecnologias e alternativas para o uso de agrotóxicos (controle biológico de pragas da lavoura, rotatividade de culturas, entre outros).
- Estudos sobre o planejamento da expansão da fronteira agrícola, respeitando os biomas.

### **d) Áreas Urbanas com problemas econômicos e sociais:**

- Criação de núcleos de inovação tecnologia para mediação entre a comunidade e instituições de pesquisa.
- Criação de estratégias e mecanismos para aproximar as instituições de pesquisa das comunidades que necessitam das informações.

- Política de desenvolvimento e inovação tecnológicos das empresas por meio da valorização e implantação de resultados de pesquisas acadêmicas e de pós-graduação nas empresas.
- Criação de incubadoras para micro e pequenas empresas.

**e) Áreas Diversas:**

- Pesquisas Espaciais.
- Pesquisas sobre transferência fotovoltaica.
- Criação de bancos de dados e digitalização bibliográfica disponibilizados na internet com acesso público. SEBRAE (
- Pesquisas sobre o Aquífero Guarani e sobre o uso adequado da água.
- Pesquisas sobre modelos de desenvolvimento sustentáveis, em contraposição ao atual modelo, já saturado, que degrada o meio ambiente e aumenta as desigualdades sociais.

---

## Grupo 9: ENERGIA

**Temas Abordados:** Combustíveis Fósseis (Petróleo e Gás, Carvão)  
Eletricidade  
Biocombustíveis  
Demais Energias Renováveis

**Apresentação de Palestra Orientadora**  
Roni Anderson Barbosa (Presidente da Central Única dos  
Trabalhadores do Paraná;)

---

Após discussão de cada um dos temas, o Grupo apresentou as seguintes propostas:

- a) Do ponto de vista dos combustíveis, considerando que a exploração do pré-sal é inevitável, esta deve atender aos critérios ambientais e os recursos advindos desta exploração devem atender aos interesses sociais do país e ao investimento e desenvolvimento de combustíveis alternativos;
- b) Que as políticas públicas na área de energia contemplem de forma bastante clara a descentralização crescente da produção de energia, promovendo, inclusive, a auto-determinação energética desde a escala dos municípios, evitando-se as grandes concentrações na geração de energia no sentido amplo;
- c) Para garantir os interesses da população brasileira, é necessário um novo marco regulatório do petróleo que tenha por objetivo o monopólio estatal;
- d) Petrobrás 100% estatal e pública;
- e) Criação de um Fundo Social, a partir da exploração do pré-sal, que seja soberano com destinação a educação, ciência e tecnologia visando o desenvolvimento de novas matrizes energéticas, saúde, reforma agrária, moradia, entre outros;
- f) Pesquisas de matéria prima para a produção do biodiesel que não concorram com a cadeia alimentar humana e que diminuam o uso de agrotóxicos para o cultivo desta matéria prima, diminuindo também os impactos ambientais;
- g) Pesquisas em energia e biocombustíveis a partir da biomassa;
- h) Aplicação de recursos e desenvolvimento de pesquisas em culturas alternativas;
- i) Investigação da inserção de fontes intermitentes e de geração distribuída no sistema elétrico (co-geração), tanto no aspecto de sistemas de potencia quanto na viabilidade comercial e flexibilidade para o consumidor.

---

# **Grupo 10: Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social e Democratização e Cidadania**

**Temas Abordados:** Construção da Cultura Científica;  
Atores Públicos e Privados e Inovação Social;  
CT&I e Educação;  
Tecnologias Sociais;  
C&T, Democratização e Cidadania;  
Políticas Públicas de CT&I para Desenvolvimento Social. O Papel da CT&I na Redução das Desigualdades e na Inclusão Social  
CT&I, cidadania e democratização da vida social;

## **Apresentação de Palestra Orientadora**

Profa. Maria Nezilda - Coordenadora Geral do Programa Nacional de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável da Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO) UEM

## **Resumo das discussões**

Um resumo histórico sobre o tema foi parte da discussão dos temas propostos para o grupo: como se chegou à definição do termo Tecnologias Social, começando lá nos movimentos sociais dos anos 60 nos EUA pelos direitos humanos passando por vários momentos em que se discutiu a aplicação de conhecimento para solucionar problemas da população com intuito de promover os direitos humanos; uso de um conjunto de técnicas e metodologias transformadoras desenvolvidas ou aplicadas à população para potencializar a produção familiar, a produção em pequenas propriedades incorporando nestas novas metodologias e técnicas uma atenção especial ao meio ambiente e à saúde da população; chegando aos conceitos mais atuais de economia solidária e políticas públicas que incentivam e promovem a integração entre o saber acadêmico e o saber popular para o desenvolvimento sustentável da sociedade, melhoria de vida da população e equidade na distribuição dos resultados da produção da riqueza nacional.

No que se refere as discussões para encaminhamento de propostas, o Grupo Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social e Democratização e Cidadania, apresentou um relato bastante amplo e abrangendo vários assuntos. Para efeitos deste relatório, a equipe de sistematização organizou algumas idéias que se apresentaram mais estruturadas, à saber:

- a) Os pequenos produtores precisam de assessoramento técnico, científico, tecnológico e de gestão para estruturarem seus negócios e se instalarem no mercado;
- b) Readequação da legislação ambiental, permitindo que pequenos agricultores possam aproveitar a área de reserva (agroflorestais), de forma sustentável e sem agredir o meio ambiente;

- c) Criação de incubadoras sociais, em universidades, prefeituras etc.... para fomentarem a criação de novos empreendimentos e assessoramento aos existentes, criando assim empregos de qualidade;
- d) Monitoramento dos mecanismos e dos investimentos em ciência, tecnologia e inovação;
- e) Renovação da composição e funcionamento do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia e outros conselhos afetos à área, estudando a possibilidade de serem regionalizados para facilitar o controle e ampliar as discussões;
- f) Fomento da empregabilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais: as incubadoras sociais devem se preparar para atender este tipo de demanda social;
- g) As universidades devem discutir e preparar programas sociais de interesse sociedade em que está inserida, fortalecendo a extensão universitária, difundindo conhecimentos e tecnologias que agreguem valor aos produtos e serviços de cooperativas, comunidades, etc.
- h) Fortalecimento da aproximação universidade e sociedade: criação de mecanismos que permitam os encontros e diálogos de docentes/pesquisadores com a comunidade, propiciando a transferência de tecnologia e o desenvolvimento das pessoas, dos grupos e das comunidades;
- i) Criação de um Fundo Setorial para a área das tecnologias sociais e para a divulgação científica;
- j) A CAPES e o CNPq devem rever os critérios de avaliação do trabalho docente aproveitando a experiência da avaliação da pós-graduação, da pesquisa e dos SINAES para desenvolver critérios que contemplem também a extensão universitária e a divulgação do conhecimento científico;

## **Propostas**

- a) Domínio público de tudo que tiver dinheiro público. Fim de patentes.
- b) Sobre Tecnologias Sociais, o Grupo entendeu que é preciso debater métodos de apropriação de mecanismos de comunicação e troca de informações para fins de constituição de tecnologias sociais que possibilitem a democratização da informação e do conhecimento.
- c) O Grupo defendeu a intensificação de fomentos para o desenvolvimento de tecnologias sociais.
- d) Com relação ao tópico “CT&I: democratização e cidadania”, a plenária reforçou a necessidade de regulamentação do crédito solidário e referendou os elementos pontuados no documento-base.

---

# Grupo 11: Meio Ambiente e Mudanças Climáticas

**Temas Abordados:** Mudanças Climáticas;  
Recursos Hídricos e Minerais;  
Biodiversidade;  
Mar e Ambientes Costeiros.

## **Apresentação de Palestra Orientadora**

Manyu Chang - Coordenadora da Coordenadoria de Mudanças Climáticas – SEMA  
Coordenador: Manu Chang  
Relatoria: Irene Carniatto (UNIOESTE)  
Jó Klanovicz (UNICENTRO)

---

O GRUPO apresentou sua concordância com a proposta do Fórum Paranaense de Mudanças Climáticas globais (Eixos 1, 2, 3, 4) e elaborou outras propostas listadas logo abaixo:

## **I - EIXOS DO FORUM PARANAENSE DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

### a) Eixo 1: Base científica da mudança climática

- Variabilidade e mudanças climáticas
- Simulação e modelagem do clima
- Construção e avaliação de cenários climáticos
- Interação clima urbano e mudanças climáticas
- Indicadores socioambientais de mudanças climáticas
- Interação entre aspectos agroclimáticos e mudanças climáticas

### b) Eixo 2: Mitigação às Mudanças Climáticas

- Inventários de emissão de GEE
- Estoques e sumidouros de CO<sub>2</sub> no uso da terra
- Energias renováveis e eficiência energética
- Geração de energia em saneamento (água, esgoto e resíduos sólidos)
- Fontes alternativas de fertilizantes químicos
- Técnicas de manejo agrícola para reduzir as emissões na agricultura
- Análise do CO<sub>2</sub> no ciclo de vida de produtos
- Eficiência de motores referente à emissão de GEE
- Medidas e tecnologias para a mitigação às mudanças climáticas

### c) Eixo 3: Impactos e vulnerabilidade e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas

- Ecossistemas, espécies e paisagem
- Produção
- Eventos extremos

### d) Eixo 4: Integração e disseminação de resultados de pesquisa em mudanças climáticas no Estado do Paraná

- Estruturação de banco de dados de pesquisas
- Cadastro de pesquisadores

- Eventos para apresentação de resultados de pesquisa
- Publicação de resultados de pesquisa
- Capacitação e intercâmbio de pesquisadores de instituições

## II- PROPOSTAS DO GRUPO

- Incentivar pesquisas na área de produção de embalagens de menor impacto ambiental
- Implementar políticas públicas que levem à estocagem de água, nos meios rural e urbano, e CO<sub>2</sub> terrestre, atividades silvopastoris, florestais e agropecuárias
- Adoção de medidas MRV (Mensurável – Replicável – Verificável)
- Pesquisas de alternativas de ampliação das reservas legais, e de áreas verdes em núcleos urbanos e de modelos produtivos, tanto em zonas rurais, quanto urbanas;
- Articulação e consolidação de uma rede de pesquisadores que contemple as instituições no Estado, e as várias regiões territoriais, no que diz respeito às Mudanças Climáticas
- Obrigatoriedade de investimentos em CT&I voltados ao desenvolvimento de processos e produtos com vistas à mitigação em mudanças climáticas
- Fomento à pesquisa voltada à agroecologia
- Comprometimento com a aplicação dos princípios apresentados no Plano Nacional de Mudanças Climáticas e documentos oficiais correlatos
- Incentivar e financiar pesquisas de longa duração, sobre migração ecossistêmica, sobre comunidades tradicionais
- Incentivo à pesquisa sobre migração ecossistêmica
- Incentivar pesquisas voltadas às comunidades tradicionais, e formas de implementação de modelos de sustentabilidade e manutenção de processos produtivos tradicionais locais
- Implementar iniciativas e pesquisas que busquem ampliar e consolidar a segurança alimentar
- Manejo da produção pecuária, com vistas à mitigação..de emissão de GEE
- Elaboração de uma política de reciclagem e pesquisas sobre o destino final dos resíduos, levando em conta o ator social que depende economicamente da reciclagem
- Programas de contemplem o reaproveitamento de resíduos
- Fomentar a adoção de projetos de educação ambiental, buscando novos comportamentos com respeito ao consumo consciente
- Ampliação e criação de cursos de Agroecologia
- Exigência da identificação do ciclo de CO<sub>2</sub> na rotulagem de produtos comercializáveis

- s) Pesquisa em torno do desenvolvimento de equipamentos, instrumentos, e maquinário de proteção no uso e controle para pequenos agricultores. Tecnologia de aplicação de tratamentos fitossanitários apropriada para pequenos agricultores
- t) Estabelecimento de protocolos para a verificação de resíduos, principalmente os tóxicos, nos produtos agropecuários
- u) Desenvolver e Implementar pesquisas direcionadas a sistemas de produção agrícolas mais sustentáveis, com a utilização de conhecimentos e recursos locais, com o objetivo de reduzir os impactos socioambientais
- v) Estabelecer uma política de financiamento em apoio aos programas e projetos de transferência de conhecimento gerado em ambientes acadêmicos
- w) Criação de um fundo setorial em apoio à divulgação científica e mecanismos de implantação de resultados das pesquisas junto à comunidade
- x) Valorar de maneira equitativa a produção científica, sua difusão e aplicação na comunidade leiga que a gerou ou para a qual se destina os resultados da pesquisa

---

# Grupo 12: Tecnologias Estratégicas

**Temas Abordados:** Tecnologias de Informação e Comunicação;  
Biotecnologia;  
Materiais Avançados e Nanotecnologia;  
Nuclear.

---

Ao iniciar o encontro e a leitura do material apresentado, foram colocadas as seguintes afirmações:

- Já existe um arcabouço que suporta algumas áreas da tecnologia como as que dizem respeito aos combustíveis.
- Não é o perfil do Estado do Paraná apoiar áreas como a energia nuclear, por exemplo.

Assim, foi definido primeiramente a discussão das áreas que devem ser apoiáveis e de interesse para o crescimento e desenvolvimento do Estado do Paraná, sugerindo o lançamento de Editais específicos para as áreas abaixo relacionadas:

**a) Área da Biotecnologia**

- Alimentos funcionais
- Prospecção de compostos bioativos;
- Biocombustíveis;
- Investimento em tecnologia para gerar organismos geneticamente modificados (vegetais, animais).

**b) Área de Sensores:**

- Desenvolvimento e aplicações de sensores;
- Apoio ao desenvolvimento de produtos envolvendo nanotecnologia.

**c) Para que a ciência e a tecnologia sejam desenvolvidas, há a necessidade da criação de condições adequadas. No nosso Estado, mais especificamente, faltam Núcleos de Inovação Tecnológica e mais estruturas como as Incubadoras**  
**Área de Tecnologia de Informação**

- Interligação da Universidade em redes;
- Qualidade de programas de gerenciamento;
- c) Tecnologias móveis, favorecendo o acesso digital da população, de forma a possibilitar a informação e a formação dos indivíduos;
- Desenvolvimento de software.

**d) Área Ambiental e Agric**  
**Apoio ao desenvolvimento de produtos envolvendo nanotecnologia.**

**e) Para que a ciência e a tecnologia sejam desenvolvidas, há a necessidade da criação de condições adequadas. No nosso Estado, mais especificamente,**

**faltam Núcleos de Inovação Tecnológica e mais estruturas como as Incubadoras cultura:**

- Uso da biodiversidade de forma sustentável, pesquisa e desenvolvimento;
- Melhoramento genético convencional de produtos agrícolas;
- Agricultura sustentável: agroecologia como instrumento sustentável;
- Monitoramento ambiental e biodiversidade regional;
- Descarte e reaproveitamento de resíduos sólidos, incluindo a melhora do processo já existente e transferência de tecnologia para catadores e cooperativas de reciclagem envolvendo a melhora na qualidade de vida que estão envolvidos com estes processos, incluindo os catadores de materiais recicláveis;
- Tecnologia para a recuperação de água já utilizada;
- Pesquisa em águas profundas.

**f) Área de Energia**

- Pesquisas que possibilitassem a melhor geração e transmissão de energia elétrica, considerando que grande parte da energia elétrica é gerada aqui. Isso evitaria, por exemplo as situações de blackout;
- Apoio ao desenvolvimento da robótica e da eletroeletrônica;
- Apoio ao desenvolvimento de produtos envolvendo nanotecnologia.

g) Para que a ciência e a tecnologia sejam desenvolvidas, há a necessidade da criação de condições adequadas. No nosso Estado, mais especificamente, **faltam Núcleos de Inovação Tecnológica e mais estruturas como as Incubadoras Tecnológicas e Parques Tecnológicos, devidamente equipados**, para que a tecnologia criada possa ser testada, aprimorada e, só depois, lançada para o mercado final interessado. Desta forma, são desejáveis Políticas de Estado que apoiem a criação e o desenvolvimento dos Núcleos supracitados para a efetiva aplicação do conhecimento gerado.

**h) Para apoiar a idéia da ampliação da rede tecnológica, sugerimos:**

- a elevação na participação percentual do PIB destinado à pesquisa e ao desenvolvimento em áreas estratégicas especificadas;
- desenvolvimento de um mecanismo de incentivo financeiro para fomentar o setor privado na sustentação dos núcleos e estruturas citadas acima;
- facilitação e fomento do registro de patentes. Apoio ao desenvolvimento de produtos envolvendo nanotecnologia.
- Para que a ciência e a tecnologia sejam desenvolvidas, há a necessidade da criação de condições adequadas. No nosso Estado, mais especificamente, **faltam Núcleos de Inovação Tecnológica e mais estruturas como as Incubadoras**

# **ANEXOS**

# Programação

**01/03/2010**

- 17h Credenciamento
- 18h Abertura
- 18h30 Conferência:  
"A 4.<sup>a</sup> Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação"  
Luiz Antônio Elias, Ministro Interino da Ciência e Tecnologia.

**02/03/2010**

- 8h30 Palestra: "Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia"  
Lygia Lumina Pupatto - Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
- 9h30 às 12h Grupos Temáticos:
  - Sala 1 Desenvolvimento Sustentável  
"Novos Padrões de Desenvolvimento via Inovação" - Aspectos econômicos e sócio-ambientais
  - Sala 2 Investimento e Inovação  
"O Papel da Inovação na Agenda Empresarial".
  - Sala 3 Ciência Básica  
"Produção do Conhecimento: Um Desafio para o Brasil" - Qualidade, impacto mundial, capacidade de formação e heterogeneidade da ciência brasileira e de suas metas para o futuro.
  - Sala 4 Educação e CT&I  
"Educação de Qualidade desde a Primeira Infância" - Quem formamos, como formamos e para que formamos
  - Sala 5 O Brasil no Mundo  
Avaliação; "A Contribuição Brasileira para a Ciência e a Inovação no Mundo" - Recursos Humanos; A Universidade Brasileira e a Pesquisa
  - Sala 6 Democratização e Cidadania  
"O Papel da CT&I na Redução das Desigualdades e na Inclusão Social"  
CT&I e o desenvolvimento urbano; CT&I, cidadania e democratização da vida social; Desenvolvimento regional; Tecnologias sociais.
  - Sala 7 Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação  
"Institucionalidade e Governança do Sistema" - Marcos Legais; Financiamento e Infra-Estrutura; Recursos Humanos; Avaliação; A Universidade Brasileira e a Pesquisa
- 12h às 13h30 Almoço

## Programação (cont.)

14h às 18h Grupos Temáticos:

- Sala 1 Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação  
Institucionalidade e Governança do Sistema; Marcos Legais; Financiamento e Infra-Estrutura; Recursos Humanos; Avaliação; A Universidade Paranaense e a Pesquisa.
- Sala 2 Inovação na Sociedade e nas Empresas  
Atração de Investimentos para a Inovação; Conectores Academia-Empresa para a Inovação; P&D em Empresas; Institucionalidade, Governança e Marco Legal da Inovação; A Demanda do Mercado por Ciência e Novos Modelos de Negócios; O Brasil e o Mundo no Universo da Inovação.
- Sala 3 Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Áreas Estratégicas  
Território (Cerrado e Pantanal); Espaço, Defesa e Segurança Nacionais; Agricultura; Saúde; Sistemas Urbanos Sustentáveis.
- Sala 4 Energias  
Combustíveis Fósseis (Petróleo e Gás, Carvão); Eletricidade; Biocombustíveis; Demais Energias Renováveis.
- Sala 5 Ciência, tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social  
Construção da Cultura Científica; Atores Públicos e Privados e Inovação Social; CT&I e Educação; Tecnologias Sociais; C&T, Democratização e Cidadania; Políticas Públicas de CT&I para Desenvolvimento Social.
- Sala 6 Meio Ambiente e Mudanças Climáticas  
Mudanças Climáticas; Recursos Hídricos e Minerais; Biodiversidade; Mar e Ambientes Costeiros.
- Sala 7 Tecnologias Estratégicas  
Tecnologias de Informação e Comunicação; Biotecnologia; Materiais Avançados e Nanotecnologia; Nuclear.

## Lista de Instituições participantes

ANDES – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior  
APP SINDICATO – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná  
CELEPAR – Companhia de Informática do Paraná  
CMCT – LONDRINA – Coordenação Municipal de Ciência e Tecnologia  
CUT/PR – Central Única dos Trabalhadores  
EMATER – Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural  
EMBAP – Escola de Musica e Belas Artes do Paraná  
EMBRAPA FLORESTA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
EMBRAPA SOJA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
FAFIPA – Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí  
FAFIPAR – Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá  
FAFIUV – Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória  
FAP – Faculdade de Artes do Paraná  
FECEA – Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana  
FECILCAM – Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão  
FIEP/CIETEP – Federação das Indústrias do Paraná  
FIOCRUZ Paraná – Instituto Carlos Chagas  
IAPAR – Instituto Agrônômico do Paraná  
IFPR – Instituto Federal do Paraná  
LACTEC – Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento  
REPARTE – Rede Paranaense de Incubadora e Parques Tecnológicos  
SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência  
SEIM – Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul  
SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos  
SIMEPAR – Instituto de Tecnologias e Informações Ambientais  
TECPAR – Instituto de Tecnologia do Paraná  
UEL – Universidade Estadual de Londrina  
UEM – Universidade Estadual de Maringá  
UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná  
UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
UFPR – Universidade Federal do Paraná  
UNIBRASIL – Faculdades Integradas do Brasil  
UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná  
UNIFIL – Centro Universitário Filadélfia  
UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
UPE – União Paranaense dos Estudantes  
UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
VIA CAMPESINA (MST) – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra  
Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná  
SETI – Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior